

Demonstrações Contábeis

Companhia Transirapé de Transmissão

31 de dezembro de 2012 e 2011
com Relatório dos Auditores Independentes



COMPANHIA TRANSIRAPÉ DE TRANSMISSÃO

CNPJ: 07.153.003/0001-04

Relatório anual da Administração

Aos acionistas

Em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, a Administração da Companhia Transirapé de Transmissão apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2012, acompanhados do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem, a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's).

A Companhia

A Companhia Transirapé de Transmissão tem como objetivo social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

Através do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 012/2005, lote B - ANEEL, datado de 15 de março de 2005, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 230 kV, com 61 km de extensão, tendo origem na subestação de Irapé, e término na nova subestação de Araçuaí 2, ambas no Estado de Minas Gerais.

Sistema de transmissão

As instalações de transmissão da Companhia Transirapé de Transmissão integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, estão sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL representado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados pela CEMIG, sob a supervisão e fiscalização da Companhia Transirapé de Transmissão, tendo apresentado um bom desempenho de suas atividades, sem ocorrência de falhas que viessem a comprometer os serviços de transmissão de energia elétrica.

Disponibilidade da Linha de Transmissão

	<u>31.12.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Dados operacionais:		
Disponibilidade (%)	99,80%	100%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o total de horas no período considerado.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Cia Transirapé de Transmissão em cooperação com a Cia Transleste de Transmissão em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG deram continuidade ao ciclo de investimento na área de P&D – Pesquisa e Desenvolvimento, participando e cooperando no “VI Congresso de Inovação Tecnológica em Energia Elétrica – VI CITENEL – Fortaleza CE” com o projeto “Melhoria do desempenho de linhas de transmissão de alta tensão através da utilização de malhas de aterramento de baixo valor de impedância” com parecer e comentário aceito pela ANEEL sem modificações para uma apresentação oral e composição dos anais do Congresso.

Mais dois artigos técnicos, relativamente ao projeto foram submetidos, aceitos, apresentados e publicados nos anais do IEEE/PES T&D2010 Latin América, realizados em São Paulo e no XXI Seminário nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica – SNPTEE realizado em Florianópolis/SC.

Um dos principais resultados obtidos no projeto foi a proposição de uma metodologia simplificada, metodologia esta descrita em uma dissertação de Mestrado defendida no

Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Minas Gerais.

Em paralelo ao VI CITENEL a Cemig lançou a 7ª Edição da sua Revista Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico P&D cujo informativo apresenta o programa de gestão estratégica e tecnológica da Cemig com um de seus artigos “De Olho no Céu”, referindo-se ao projeto de Melhoria do Desenvolvimento de Linha de Transmissão, desenvolvido pela Cia Transirapé, Transleste e UFMG.

Programas como este estão pautados na busca de inovações para fazer frente aos novos desafios tecnológicos e de mercado das empresas de energia elétrica e a Cia Transirapé define seus cronogramas e metas dos seus investimentos nesta direção.

Novos projetos foram encaminhados ao Programa do Plano Estratégico Nacional da ANEEL, investimentos que a Cia Transirapé de Transmissão fará na área de energia elétrica, apoiado na pesquisa e desenvolvimento como o projeto “Avaliação experimental em modelo reduzido de malha de aterramento de baixo valor de impedância – 2ª Etapa” que consiste na medição da impedância da malha de aterramento na nova concepção de arranjo proposta no projeto anterior (1ª Etapa), que será realizado em laboratório utilizando técnica em modelo reduzido.

Manifestamos recentemente nosso interesse em participar da Chamada 013/2011, protocolando na ANEEL o projeto “Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira” como cooperada do Grupo Furnas (proponente) composto por 22 empresas, entre outras a Cemig, CPFL, LIGHT, TBE TAESA, etc., todas do ramo de energia elétrica e mais 2 Universidades (UNB e USP) através de suas Fundações. Este grupo foi aceito pela ANEEL como interessada em financiar e executar o projeto, agora denominado “Projeto Jaíba Solar”, tendo suas atividades iniciadas a partir de julho de 2012.

Responsabilidade Socioambiental

Durante 2012 a diretoria da Cia Transirapé preocupou-se principalmente com a Responsabilidade Socioambiental por se tratar de uma concessionária voltada à prestação de um serviço de utilidade pública. Partindo deste princípio a Cia Transirapé de Transmissão adota uma política socioambiental cuja missão é transmitir energia elétrica com a melhor qualidade, continuidade, rentabilidade e responsabilidade socioambiental contribuído para o desenvolvimento social do Estado de Minas Gerais e do Brasil. Tais princípios traduziram em ações que buscaram imprimir nos empregados e parceiros a conscientização para a questão ambiental.

A Transirapé obteve com êxito a Revalidação de sua Licença de Operação por mais seis anos, encaminhando à Superintendência Regional de Meio Ambiente de Diamantina todos os relatórios e informações complementares solicitadas. Complementando estas

solicitações demos continuidade ao Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social, realizando eventos e ações de comunicação com os proprietários, abordando assuntos, tais como: o que é uma linha de transmissão, para que serve, sua necessidade, suas restrições e os benefícios que ela trás para as comunidades locais. Assim, estes eventos tiveram como objetivo renovar as informações sobre o Empreendimento LT Irapé – Araçuaí e suas relações com o Meio Ambiente.

Realizando manutenções periódicas, mantivemos de forma satisfatória o Programa de Paisagismo na Subestação de Araçuaí, a limpeza de faixa ao longo de toda a extensão da linha e a conservação das vias de acessos às torres de transmissão, proporcionando para a operação condições normais de funcionamento.

Atendendo, recentemente, resolução da ANEEL, relativamente aos cálculos dos campos elétricos e magnéticos para as instalações de transmissão, linha e subestação, enviamos os relatórios dos nossos cálculos e medições demonstrando que estão abaixo dos níveis de Referências recomendados na própria Resolução e desejáveis à exposição humana.

Continuamos com a “Educação Continuada” ação social que a Cia Transirapé de Transmissão investe nos seus colaboradores, subsidiando em cinquenta por cento do valor pago em graduação, pós-graduação e línguas.

Desempenho econômico-financeiro

As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB, e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's).

Os resultados da Companhia no exercício foram:

	REGULATÓRIO	SOCIETÁRIO
	31/12/2012	31/12/2012
Lucro Líquido	6.484	10.216
EBITDA	12.880	14.352

Finalmente, queremos deixar externados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, Seguradoras, Usuários, Agentes financeiros e do Setor Elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da companhia.

A Diretoria

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012 e 2011

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis..... 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balancos patrimoniais.....	3
Demonstração dos resultados	5
Demonstração dos resultados abrangentes.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Srs. Diretores e Acionistas da
Companhia Transirapé de Transmissão
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Transirapé de Transmissão (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Transirapé de Transmissão em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Reapresentação das demonstrações contábeis

Em 30 de janeiro de 2012 e 25 de março de 2011, emitimos originalmente nossos relatórios de auditoria sem modificações sobre as demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respectivamente. Conforme descrito na nota explicativa nº4, subsequentemente, a Companhia identificou a necessidade de alterar a estimativa de mensuração dos impostos diferidos, bem como efetuou reclassificações de caixa e equivalentes de caixa para aplicações financeiras, de modo que as demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 fossem reapresentadas e reclassificadas para refletirem o efeito dos referidos ajustes, com os quais concordamos. Consequentemente, nossa opinião considera essas alterações e substitui as opiniões anteriormente emitidas.

Belo Horizonte (MG), 25 de fevereiro de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-MG

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Rogério'.

Rogério Xavier Magalhães
Contador CRC-1MG080613/O-1

Companhia Transirapé de Transmissão

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

		31/12/2011	31/12/2010
	Notas	31/12/2012 (reapresentado)	(reapresentado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	706	868
Títulos e valores mobiliários	6	4.441	3.630
Contas a receber	7	19.001	15.205
Tributos e contribuições sociais a compensar	8	53	48
Outros		599	151
Total do ativo circulante		24.800	19.890
Não circulante			
Contas a receber	7	70.666	67.445
Imobilizado		19	-
Intangível		90	171
Outros		9	-
Total do ativo não circulante		70.784	67.616
Total do ativo		95.584	87.506

		31/12/2011	31/12/2010
	Notas	31/12/2012 (reapresentado)	(reapresentado)
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		79	78
Empréstimos e financiamentos	9	2.839	4.112
Dividendos a pagar	13	2.426	11.804
Provisões pré-operacionais	11	-	1.435
Tributos e contribuições sociais	8	548	484
Taxas regulamentares	10	472	401
Outros		388	153
Total do passivo circulante		6.752	18.467
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	40.882	26.686
Provisões pré-operacionais	11	-	-
Tributos diferidos	8	2.714	2.612
Taxas regulamentares	10	208	208
Outros		214	325
Total do passivo não circulante		44.018	29.831
Patrimônio líquido			
Capital social	13	22.340	22.340
Reservas de lucros		22.474	20.080
Total do patrimônio líquido		44.814	41.637
Total do passivo e patrimônio líquido		95.584	87.506

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstração dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

		31/12/2012	31/12/2011 (reapresentado)
Receita operacional líquida	15	18.495	17.190
Custo de operação			
Pessoal e administradores		(213)	(167)
Material		(39)	(25)
Serviços de terceiros		(1.161)	(1.006)
Taxa de fiscalização		(83)	(74)
Custo de construção		(1.821)	(3.095)
Outras		(33)	(45)
		(3.350)	(4.412)
Lucro operacional bruto		15.145	12.778
Despesas operacionais			
Pessoal e administradores		(492)	(450)
Material		(7)	(6)
Serviços de terceiros		(304)	(214)
Outras		(57)	(60)
		(860)	(730)
Resultado financeiro			
Receita financeira	16	454	669
Despesa financeira	16	(3.787)	(4.059)
		(3.333)	(3.390)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		10.952	8.658
Imposto de renda	14	(416)	(440)
Contribuição social	14	(218)	(220)
IR e CS diferidos	8	(102)	(112)
		(736)	(772)
Lucro líquido do exercício		10.216	7.886

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro líquido do exercício		10.216	7.886
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total do exercício		10.216	7.886

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Total
	Capital Social	Legal (reapresentado)	Lucros retidos (reapresentado)	Lucros acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2010 (reapresentado)	22.340	821	18.476	-	41.637
Distribuição de dividendos - AGO	-	-	(5.224)	-	(5.224)
Lucro líquido	-	-	-	7.886	7.886
Destinação do lucro líquido:					
Reserva legal	-	394	-	(394)	-
Dividendos	-	-	-	(1.879)	(1.879)
Transferência para reservas de lucros	-	-	5.613	(5.613)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)	22.340	1.215	18.865	-	42.420
Distribuição de dividendos - AGO	-	-	(5.396)	-	(5.396)
Lucro líquido	-	-	-	10.216	10.216
Destinação do lucro líquido:					
Reserva legal	-	511	-	(511)	-
Dividendos	-	-	-	(2.426)	(2.426)
Transferência para reservas de lucros	-	-	7.279	(7.279)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	22.340	1.726	20.748	-	44.814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	31/12/2012	31/12/2011 (reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	10.216	7.886
Itens que não afetam as disponibilidades:		
Depreciação e amortização	2	2
Receitas de aplicação	(137)	(191)
Variações monetárias e cambiais líquidas	3.441	3.626
Baixa de ativos	-	85
	13.522	11.408
(Aumento) redução no ativo		
Concessionárias e permissionárias	224	(310)
Ativo financeiro indenizável	(3.302)	(3.631)
Tributos e contribuições sociais	6	(11)
Outros ativos	(300)	(148)
	(3.372)	(4.100)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	1	(5)
Provisões pré-operacionais	(1.435)	(1.368)
Tributos e contribuições sociais	64	(52)
Taxas regulamentares	71	134
Tributos diferidos	102	112
Outros passivos	124	314
	(1.073)	(865)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	9.077	6.443
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Resgate de títulos e valores mobiliários	39.662	11.032
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(40.336)	(10.849)
Aplicações no imobilizado	-	(34)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(674)	149
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de dividendos	(17.200)	(1.742)
Emissão de debêntures	42.310	-
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(32.828)	(5.697)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(7.718)	(7.439)
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	685	(847)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	21	868
Saldo no final do exercício	706	21
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	685	(847)
Imposto de renda e contribuição social pagos	585	733

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Companhia Transirapé de Transmissão - TRANSIRAPÉ (a “Companhia” ou “TRANSIRAPÉ”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 6 de dezembro de 2004 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. A Companhia entrou em operação comercial em 23 de maio de 2007.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão são realizados pela CEMIG Geração e Transmissão, sob a supervisão e fiscalização da Companhia.

Pelo Contrato de Concessão nº 012/2005, de 15 de março de 2005, foi outorgado à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão para construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Irapé - Araçuaí – 230 kV pelo período de 30 anos (março/2035).

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, a ANEEL, e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de junho a julho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
012/2005	30	15/03/2035	16.767	IGP-M

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 1.313 de 26 de junho de 2012.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 compreendem as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia autorizou a divulgação das demonstrações financeiras em 15 de fevereiro de 2013.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que são realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas pela taxa de câmbio na data em que as transações foram realizadas.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo (Títulos e valores mobiliários)

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, risco insignificante de variação no seu valor de mercado e prazo de resgate inferior a 90 dias. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Os investimentos de curto prazo (títulos e valores mobiliários) estão classificados como mantidos para negociação imediata e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado quando incorridos.

3.1.2. Contas a receber – ativo financeiro

De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.2 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

3.1.2.Contas a receber – ativo financeiro--Continuação

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

A Companhia classifica os saldos de Contas a receber – ativo financeiro, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

As contas a receber - ativos financeiros foram classificados como recebíveis e incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável.

O ativo indenizável refere-se ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. Conforme definido nos contratos a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Companhia estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

3.1.2.Contas a receber – ativo financeiro--Continuação

Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas demonstrações contábeis. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais.

Com base na avaliação de recuperabilidade efetuada pela Companhia, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes.

3.1.3.Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.1.4.Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.2 Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil estimado dos bens. A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL n°. 367, de 02 de junho de 2009.

3.3 Ativos intangíveis – Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

3.4 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração.

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 2012 e 2011 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

3.5 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.6 Provisões para litígios

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.7 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.7 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos, financiamentos e debêntures: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.
- Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios.

3.7.1 Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.8 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9 Tributação

3.9.1. Impostos sobre a prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% e 3,00%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00% e 7,65%;

Esses tributos são deduzidos das receitas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.9.2. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Correntes

A Companhia está sob o regime de tributação pelo lucro presumido.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.9 Tributação

3.9.2. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido-- Continuação

Diferidos--Continuação

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Caso a estimativa de lucros tributáveis futuros indique que os impostos diferidos ativos não serão recuperados, a Companhia registra provisão para redução ao seu provável valor de realização. Esta análise é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelos órgãos de administração da Companhia.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.10 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.11 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis. Caso contrário será registrado no circulante.

3.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.13 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.14 Benefícios a empregados (participação nos lucros)

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão máxima permitida conforme acordo coletivo celebrado entre Cia e empregados, descrito neste acordo, a melhor forma de participação dos seus empregados nos resultados obtidos.

3.15 Taxas regulamentares

3.15.1 Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% da RAP.

3.15.2 Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente, em torno de 1,0% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica Provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.15.3 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,5% da RAP.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.16 Reconhecimento da receita

Receita de transmissão de energia elétrica

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de implantação da infraestrutura
- Receitas dos ativos financeiros

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de concessão de transmissão
- Receitas dos ativos financeiros

Receita de juros

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.17 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n.º 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.18 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adotou premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

3.19 Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado à perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos não financeiros.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.20 Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes.

O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo e passivo.

3.21 Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.22 Provisão para litígios

A Companhia reconhece provisão para causas ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas, quando na opinião de seus assessores legais, a probabilidade de perda é provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.23 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro.

3.24 Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação do desenvolvimento de infraestrutura não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento do desenvolvimento da infraestrutura, com contrapartida de ativo financeiro.

3.25 Determinação da receita de remuneração do ativo financeiro e da taxa efetiva de juros

A receita de remuneração do ativo financeiro corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, sobre o valor do investimento.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.26 Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado. Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura.

3.27 Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

4. Reapresentação das demonstrações contábeis

As práticas contábeis adotadas no Brasil exigem que as entidades desenvolvam políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração contábil e que essas políticas sejam aplicadas de forma consistente e comparativas durante todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis efeito de comparabilidade.

A Companhia efetuou alguns ajustes nos exercícios anteriormente apresentados de 31/12/2010 e 2011, para correção de erros identificados. Os efeitos nas contas patrimoniais e de resultado podem ser assim resumidos:

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Reapresentação das demonstrações Contábeis--Continuação

	31/12/2010		
	Publicado	Ajuste	Reapresentado
Balanço patrimonial:			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (a)	2.471	(1.603)	868
Títulos e valores mobiliários (a)	2.015	1.603	3.618
Ativo não circulante			
Imobilizado (b)	88	(88)	-
Intangível (b)	83	88	171
Passivo não circulante			
IR e CS diferidos (c)	1.985	515	2.500
Patrimônio líquido			
Reserva legal (c)	811	10	821
Lucros retidos (c)	19.001	(525)	18.476
	31/12/2011		
	Publicado	Ajuste	Reapresentado
Balanço patrimonial:			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (a)	1.749	(1.728)	21
Títulos e valores mobiliários (a)	1.902	1.728	3.630
Ativo não circulante			
Imobilizado (b)	28	(7)	21
Intangível (b)	83	7	90
Passivo não circulante			
IR e CS diferidos (c)	2.073	539	2.612
Patrimônio líquido			
Reserva legal (c)	1.206	9	1.215
Reserva de lucros (c)	19.413	(548)	18.865
	31/12/2011		
	Publicado	Ajuste	Reapresentado
DRE			
Custo de operação			
Pessoal e administradores (d)	(284)	117	(167)
Despesas operacionais			
Pessoal e administradores (d)	(333)	(117)	(450)
Resultado do exercício			
IR e CS diferidos ICPC 01 (c)	(88)	(24)	(112)
	31/12/2011		
	Publicado	Ajuste	Reapresentado
Fluxo de caixa			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais (c) e (d)	6.753	(310)	6.443
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(7.441)	2	(7.439)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento (a) e (b)	(34)	183	149

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Reapresentação das demonstrações Contábeis--Continuação

- (a) Reclassificação efetuada entre contas devido às aplicações no Banco do Brasil (BB Amplo FICFi RF LP). Referem-se a fundo de investimento com remuneração pós-fixada, cujo valor das cotas podem variar de acordo com as cotações de mercado. Assim, os valores, que anteriormente estavam demonstrados na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", foram reclassificados para a rubrica "Títulos e valores imobiliários".
- (b) Refere-se a reclassificação de software.
- (c) Reapresentação efetuada para ajuste do cálculo de impostos diferidos sobre diferenças temporárias relacionadas ao contas a receber de concessão. O saldo da reserva legal foi alterado em decorrência da alteração do resultado do exercício de 2011.
- (d) Refere-se a reclassificação da conta de administradores da área técnica do custo de operação para conta de pessoal e administradores..

5. Caixa e equivalente de caixa

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011 (reapresentado)</u>	<u>31/12/2010 (reapresentado)</u>
Caixa e depósitos bancários a vista	706	21	97
Investimentos de curto prazo	-	-	771
	<u>706</u>	<u>21</u>	<u>868</u>

Os investimentos de curto prazo referem-se a CDB Banco Bradesco, tiveram remuneração entre 92% e 105% do CDI.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2012	31/12/2011 (reapresentado)	31/12/2010 (reapresentado)
Fundo de investimentos – livre	4.441	1.728	1.603
Fundo de investimentos – restrito	-	1.902	2.015
	4.441	3.630	3.618

Em 2012, os Fundos de Investimento referem-se a:

- (1) Fundo de Investimento BB Amplo Fic Fi Renda Fixa Crédito Privado com remuneração pós-fixada variando em torno de 96 e 105% do CDI; e
- (2) Fundo Fic Fi Corporate Santander com variação entre 98% e 101% do CDI.

7. Contas a receber

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Concessionárias e permissionárias (7.1)	1.557	1.781	1.473
Ativo financeiro (7.2)	88.110	84.808	81.177
	89.667	86.589	82.650
Ativo circulante	19.001	18.120	15.205
Ativo não circulante	70.666	68.469	67.445

7.1 Concessionárias e permissionárias

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Contas a receber – Ativo Financeiro--Continuação

7.2 Ativo financeiro

O contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica No 012 de 12/03/2005 celebrado entre a União – Poder Concedente e a Companhia Transirapé Transmissão, regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados; e
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser vertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente;

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- a) Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico, por falta de uma metodologia adequada à mensuração de seu valor.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Contas a receber--Continuação

7.2 Ativo financeiro--Continuação

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	81.177
Remuneração do ativo financeiro	13.110
Custo de construção	3.096
Custo de concessão	2.040
Realização ativo financeiro	(14.615)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	84.808
Remuneração do ativo financeiro	15.474
Custo de construção	1.821
Custo de concessão	2.271
Realização ativo financeiro	(16.264)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	88.110

8. Tributos e contribuições sociais

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Ativo circulante			
IRPF a compensar	39	44	13
PIS/COFINS/CSLL – Lei 10.833/2003	14	15	35
	53	59	48
Passivo circulante			
IRPJ	231	195	251
CSLL	107	94	111
COFINS	97	99	88
Outros	113	96	86
	548	484	536
Passivo não circulante			
IR e CS diferido (a)	2.714	2.612	2.500

(a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem do reconhecimento dos efeitos da adoção da ICPC 01 e OCPC 05 – contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Tributos e contribuições sociais--Continuação

Saldo em 31/12/2010	2.500
Imposto diferido reconhecido no resultado	112
Saldo em 31/12/2011	2.612
Imposto diferido reconhecido no resultado	102
Saldo em 31/12/2012	2.714

9. Empréstimos e financiamentos

	2012				2011		2010	
	Circulante			Não Circulante Principal e encargos	Total	Total	Total	
	Principal	Encargos	Total					
Moeda Nacional								
Debêntures	2.299	407	2.706	40.012	42.718	-	-	
Santander	-	-	-	-	-	8.017	9.063	
BDMG	-	-	-	-	-	8.018	9.062	
BNDES	-	-	-	-	-	8.345	9.436	
BDMG (FINAME)	131	2	133	870	1.003	1.135	-	
	2.430	409	2.839	40.882	43.721	25.515	27.561	
Moeda Estrangeira								
Santander	-	-	-	-	-	1.738	1.741	
BDMG	-	-	-	-	-	1.743	1.760	
BNDES	-	-	-	-	-	1.802	1.805	
	-	-	-	-	-	5.283	5.306	
Saldo líquido	2.430	409	2.839	40.882	43.721	30.798	32.867	

A Companhia acordou em novembro de 2012 nova modalidade de empréstimos para fins de aprimoramento financeiro substituindo o financiamento com BNDES, BDMG e Santander Banespa (TLPL e Cesta de Moedas) pela emissão de Debêntures

Os recursos contratados foram de R\$ 42.500, emitidas em 14/11/2012 em espécie quirografárias, sem garantias. O prazo da operação é de 05 anos com vencimento em 14/11/2017, as amortizações e pagamentos de juros serão semestrais sendo o 1º pagamento em 14/05/2013. Quanto a remuneração, renderão juros a 100% variação acumulada DI (dia) somados a taxa efetiva de 0,9875% ao ano. O resgate antecipado poderá ocorrer a partir do 2º ano da emissão.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Quanto ao Finame com BDMG, foi contratado em 2011 sendo o vencimento em julho/2020 com uma taxa de 4,50% ao ano. Em 30/11/2012 foi liquidado financiamento FNE (TJLP) e Cesta de Moedas com BNDES, Santander e BDMG com vencimento em 2020.

Não existem cláusulas restritivas (covenants) para os contratos acima.

Os vencimentos semestrais dos empréstimos e financiamentos a longo prazo são:

Período	Total
2014	2.432
2015	10.294
2016	11.781
2017	16.032
2018	132
A partir 2018	211
	<u>40.882</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrado conforme a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	30.798
Captações	42.310
Variação Monetária e Cambial	556
Provisões de juros	2.885
Juros pagos	(2.601)
Amortizações de principal	(30.227)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>43.721</u>

10. Taxas regulamentares

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Quota Reserva Global de Reversão -	227	222	188
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	348	293	212
Taxa de Fiscalização ANEEL	105	94	75
	680	609	475
Circulante	472	401	267
Não circulante	208	208	208
	680	609	475

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11. Provisões pré-operacionais

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
EPC Pré-Operacional – Circulante	1.435	917
EPC Pré-Operacional – Não circulante	-	1.886
	<u>1.435</u>	<u>2.803</u>

Corresponde à estimativa de custos adicionais incorridos durante a construção das linhas de transmissão da Companhia (LT Irapé – Araçuaí), conforme Contrato de EPC celebrado com o Consórcio Alusa/Orteng. Os valores a pagar foram atualizados pelo IGP-M e não possuem prazo de vencimento. Em 2012 o contrato foi liquidado.

12. Partes relacionadas

Contratos da fase operacional:

- CEMIG Geração e Transmissão para execução dos serviços de operação e manutenção da LT Irapé-Araçuaí, contou com a anuência da ANEEL, conforme Despacho nº 2.465 de 7 de agosto de 2007.
- CEMIG Geração e Transmissão para execução do compartilhamento de conexão do sistema de transmissão da SE Araçuaí.

Adicionalmente, os contratos de EPC vigentes de pagamento em 2010 e 2011, descritos na Nota 11, são obrigações com partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 2012 a remuneração anual da Administração como Diretoria e Conselho foi aprovada no total de R\$ 146 (R\$ 138 em 2011), composto por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital social era de R\$ 22.340 representado por 22.340.490 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, é a seguinte:

Acionista	Quantidade de ações	
	2012 e 2011	
	Integralizadas	% do capital
Transminas Holding S.A.	9.159.599	40,999991
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG	5.473.419	24,499995
Furnas Centrais Elétricas S.A.	5.473.419	24,499995
Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda.	2.234.048	9,900024
Conselheiros	5	0,099995
	22.340.490	100,000000

b) Reservas de lucro

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Lucros retidos

Os lucros remanescentes foram mantidos nesta conta de reserva de lucros à disposição da Assembleia dos acionistas, para sua destinação.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Patrimônio líquido--Continuação

c) Dividendos propostos

As demonstrações contábeis registram a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral, para distribuição de dividendos mínimos estabelecidos pelo Estatuto (25% do Lucro Líquido após a apropriação da Reserva Legal).

Saldo de dividendos a pagar

Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2010	6.443
Destinação AGO	5.224
Dividendos pagos no exercício	(1.742)
Dividendos mínimos obrigatórios	1.879
Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2011	<u>11.804</u>
Destinação AGO	5.396
Dividendos pagos no exercício	(17.200)
Dividendos mínimos obrigatórios	2.426
Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2012	<u><u>2.426</u></u>

14. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido, conforme abaixo. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas do imposto de renda e da contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

	31/12/2012		31/12/2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de concessão de transmissão	2.278	2.278	2.036	2.036
Receita de infraestrutura	1.821	1.821	3.095	3.095
Remuneração de ativos da concessão	15.475	15.475	13.110	13.110
Total da receita operacional	19.574	19.574	18.241	18.241
Ajustes decorrentes do ICPC	(3.217)	(3.217)	(3.408)	(3.408)
Receita operacional ajustada	16.357	16.357	14.833	14.833
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
Subtotal	1.309	1.962	1.187	1.780
Receitas financeiras	454	454	669	669
Base de cálculo	1.763	2.416	1.856	2.449
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15% e 10 %	9%	15% e 10 %	9%
TOTAL	416	218	440	220

15. Receita operacional líquida

	31/12/2012	31/12/2011
Receita operacional		
Receita de concessão de transmissão	2.371	2.036
Receita de infraestrutura	1.821	3.095
Remuneração dos ativos de concessão	15.475	13.110
	19.667	18.241
Deduções da receita operacional		
PIS	(107)	(96)
COFINS	(497)	(445)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(414)	(371)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(154)	(139)
	(1.172)	(1.051)
Receita operacional líquida	18.495	17.190

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16. Resultado Financeiro

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Receitas Financeiras		
Descontos obtidos		
Variação cambial ativa	71	251
Rendimentos fundo de reserva	137	191
Rendimentos aplicações financeiras	246	227
	<u>454</u>	<u>669</u>
Despesas Financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.510)	(3.877)
Outras despesas financeiras	(277)	(182)
	<u>(3.787)</u>	<u>(4.059)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(3.333)</u>	<u>(3.390)</u>

17. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feito por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

17. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

b) Gestão de riscos

A Companhia está exposta a riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

- Risco de crédito

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 233 usuários, com cláusula de garantia bancária.

- Risco de preço

As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M.

- Risco de taxas de juros

A Companhia pode sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os contratos de financiamentos e ter redução de rentabilidade nas aplicações financeiras em renda fixa.

- Risco financeiro

A Companhia está em operação e a estrutura de capital foi aquela determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

c) Operações com derivativos

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

18. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguro com a Tóquio Marine Seguradora em garantia de suas operações no montante total de R\$ 26, relacionado a riscos nomeados com vigência de 24/05/2012 a 24/05/2013.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Conselho de Administração

José Lazaro Alves Rodrigues – Presidente

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho – Conselheiro

Fernando Sergio Lopes Rosa – Conselheiro

Ricardo Vinhas Correa da Silva – Conselheiro

Brunno Viana dos Santos Sant'Anna.

Diretoria

José Renato Simões Machado – Diretor-técnico

Eduardo A.de Figueiredo – Diretor Adm.Financeiro

Contadora responsável

Flávia Miranda Silva
Contadora CRC N° MG-067247/0-2